

O medo do *outro* em produções sobre assassinatos de travestis e transexuais

JOANA ZILLER

Professora

Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Núcleo de Pesquisa em Conexões Intermediáticas
Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT
Universidade Federal de Minas Gerais
joana.ziller@gmail.com

DAYANE DO CARMO BARRETOS

Doutoranda em Comunicação Social
Universidade Federal de Minas Gerais
dayanebarretos@gmail.com



jornalismo é produzido por sujeitos, jornalistas que além de exercerem a profissão também participam da dinâmica social, produzindo significação acerca do mundo para si e para os outros. Por abordar acontecimentos e processos que fazem parte dessa dinâmica, a prática jornalística se configura a partir de diversas dimensões, tanto do próprio *modus operandi* da atividade, como das disputas de sentido e jogos de poder que permeiam o social. Assim, o jornalismo se mostra enquanto ponto de encontro e de tensão entre sujeitos diversos, sentidos variados, saberes, conflitos e também afetos e emoções.

A partir dessa perspectiva, este artigo busca problematizar as formas como determinados sentidos que permeiam o fazer jornalístico e são organizados narrativamente contribuem para a construção de estereótipos que estão intimamente vinculados a uma vulnerabilização de determinados sujeitos, que se tornam objetos de um desejo de exclusão, conforme discute Bauman (1998). Resaltamos que a exclusão pode ser vista como uma forma de extermínio ou, mais comumente, como um mecanismo de hierarquização – nesse caso, a exclusão não é literal, mas, de forma semelhante à marginalização, se apresenta como uma maneira de invisibilizar as diferenças e silenciar as pessoas. Seguindo essa linha, nosso interesse é pensar

Pour citer cet article, to quote this article, para citar este artigo :

Joana Ziller, Dayane do Carmo Barretos, « O medo do outro em produções sobre assassinatos de travestis e transexuais », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 8, n°2 - 2019, 15 décembre - December 15 - 15 de dezembro.
URL : <http://www.surlejournalisme.com/rev>

esse processo principalmente em sua articulação com uma emoção em particular: o medo. Acreditamos que não apenas o jornalismo chamado de sensacionalista, que produz narrativas com forte apelo emocional, é permeado por sensações, como afirma a pesquisadora Leticia Cantarella Matheus (2011). Há, em toda produção narrativa, seja tratando de questões cotidianas ou grandes conflitos, camadas de sentido, algumas que aparecem de forma mais explícita e outras que deixam apenas vestígios. Assim, o medo, por ser uma emoção que está presente na vida social, acaba por habitar produções jornalísticas diversas, contribuindo para a produção de imagens, sentido e saberes sobre corpos, sujeitos.

É importante demarcar de saída que a noção de medo que exploramos nesse artigo não diz respeito a algo limitado à dimensão psicológica do indivíduo, mas configura-se enquanto um elemento histórico, social e político. A perspectiva adotada se ancora principalmente na visão do historiador Jean Delumeau (1996), que entende o medo como um componente maior da experiência humana que pode ser vivenciado de forma coletiva. As proposições de Delumeau (1996) possibilitam que sejam relacionados o medo, as formas como ele opera nos processos de produção jornalística e os desencadeamentos sociais por ele propiciados.

Nosso pressuposto aqui é de que esse medo pode operar de diversas maneiras, tanto de forma direcionada a um sujeito específico em uma situação de ameaça, como de uma maneira mais sofisticada, colocando em questão as nossas próprias certezas sobre nós mesmos e por isso despertando um desejo de extermínio da fonte desse medo. Assim, optamos por discutir o medo e o desejo de exclusão, ambos relacionados à construção de estereótipos no jornalismo, em produções que tratam de assassinatos de travestis e transexuais.¹ Tal reflexão encora-se em duas frentes: a discussão conceitual sobre a vivência e os corpos trans, bem como a sua abordagem pela mídia e pelo jornalismo, principalmente a partir das reflexões de Butler (2003), Bento (2006), Bento e Pelúcio (2012), Prado e Torres (2014), Cassana (2018), Borelli, Machado e Dias (2017) e Caeiro e Rocha (2016); e também pela leitura de matérias jornalísticas que tratam desses assassinatos, em busca de vestígios que contribuam para a constituição de estereótipos nocivos no que se refere a esses sujeitos.

Uma vez que nosso interesse é pensar o medo² do *outro*, ainda que no escopo deste trabalho essa outriedade seja demarcada especificamente pela transexualidade, é pertinente tensionar as nossas inquietações centrais a partir dos estudos sobre

alteridade, que apresentam questões essenciais acerca da relação entre os sujeitos. Sobre esse aspecto, o pensamento do filósofo Emmanuel Levinas (1982, 2005), em especial ao tratar na responsabilidade que o *outro* demanda, da humanidade que ele evoca, mostra-se pertinente.

Assim, é a partir da relação de alteridade que propomos problematizar a inserção do medo no processo de constituição do *outro* como um sujeito a ser temido, ou seja, quando ele passa a se configurar enquanto ameaça e torna-se alvo de uma violência que visa a sua exclusão³. Entendemos o medo como um dos elementos constituidores das hierarquias com as quais convivemos – e que são cotidianamente reconstruídas por nós. A imagem do *outro* enquanto ameaça vincula-se a determinada construção de estereótipos, que, por sua vez são apropriados midiaticamente, re-circulados pelas produções jornalísticas e operam tanto no âmbito do próprio jornalismo, como na vida social.

Para evidenciar o modo como as problematizações propostas em nossa discussão são tensionadas no jornalismo, optamos por uma leitura das produções jornalísticas que abordam assassinatos de pessoas trans em Minas Gerais, disponibilizados pelo mapa⁴ de assassinato de travestis e transexuais desenvolvido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Essa mesma associação vem produzindo relatórios anualmente, a partir dos dados dos mapas, para contabilizar e caracterizar os crimes que resultaram na morte de travestis e transexuais no país. Segundo relatório⁵ de 2017 ocorreram 179 assassinatos, sendo que em 85% dos casos foram apresentados requintes de crueldade. Já em 2018, foram contabilizados⁶ pela ANTRA 163 assassinatos, 83% deles com requintes de crueldade. Esses dados demonstram que há uma constante de violência característica contra essa população que se repete ano após ano.

Esse é o contexto de que partimos e que irá nos permitir cercar a nossa questão central. O objetivo é, então, compreender esses fluxos informativos buscando destacar as pistas de um medo que decai sobre o *outro*, que contribui para a construção de estereótipos e para um desejo de exclusão desses corpos.

O MEDO QUE É SOCIALMENTE COMPARTILHADO

O medo não é apenas uma resposta a uma ameaça física definida. Corpos podem se tornar ameaçadores, suscitar medos, simplesmente por

confrontarem os sujeitos com seus próprios preceitos morais, por romperem com determinadas normas ou conceitos de ideais que são fortemente internalizados e dão determinada segurança acerca do que devemos esperar do *outro*. Assim, o que destoia desse padrão pode parecer ameaçador e despertar medos e hostilidades.

É o que ocorre com as normas de gênero que, segundo Prado e Torres (2014: 204) são “*como construtos discursivos que buscam a regulação dos corpos pelo privilégio do masculino, pelo dimorfismo sexual e pela heterossexualidade compulsória*”. Desse modo, toda vivência que escapa de uma forma de *ser* que nos é imposta e, por isso, a coloca em questão, evoca um medo que estaria fundamentado em um desejo de exterminar outras possibilidades que não aquela calcada em um ideal hegemônico de regulação dos corpos. Trata-se, portanto, de um medo socialmente compartilhado, que também nos é apresentado através das narrativas jornalísticas.

Mostra-se necessário ressaltar que não evocamos aqui a concepção de que o medo seja construído apenas pela narrativa, pelo jornalismo: ele povoa as matérias e reportagens porque está em circulação na sociedade. O papel das produções jornalísticas seria potencializar, resignificar, disseminar vestígios desse medo, colocando-o novamente em circulação e assim os sentidos partilhados em sociedade aparecem na mídia, nos produtos jornalísticos, voltando a ser compartilhados pelos sujeitos em interação na sociedade.

Dessa forma, além de ser uma manifestação individual, uma forma de defesa orgânica frente a uma situação de perigo, o medo pode também ser vivenciado de forma coletiva, conforme afirma o historiador Jean Delumeau (1996: 12), “*não só indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidos num diálogo permanente com o medo*”. Delumeau (1996) alerta para a dificuldade dessa transposição, que não pode ser feita de forma direta, uma vez que pressupõe movimentos distintos. Enquanto o medo individual, de forma estrita, é “*uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação*” (Delumeau, 1996: 30), ao transportá-lo para o coletivo, o medo ganha um sentido mais amplo, recobrando emoções que vão do temor e da apreensão a um terror vívido, “*o medo é aqui o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária)*” (Delumeau, 1996: 32). Portanto, a ideia de medo que exploramos aqui não é a de um refle-

xo, um mecanismo de defesa em nível individual, mas sim a gama de sensações do temor ao terror compartilhada em sociedade e capaz de promover consequências.

Ainda que a consolidação de um discurso cientificista na modernidade como resposta a um obscurantismo que fomentava um medo calcado em um imaginário religioso e mitológico tenha se mostrado inicialmente potente no enfrentamento de determinados medos, outros permaneceram e até se complexificaram. Segundo Matheus (2011: 56), “*com a retração das explicações mágicas, a substituição de uma mitologia religiosa por outra científica, e com a ampliação da expectativa de vida, o medo se desloca cada vez mais dos fantasmas e das doenças para o outro, para o próprio homem*”. Sendo assim, se por um lado a ciência nos permitiu prever e limitar os danos de catástrofes naturais, enfrentar doenças e criar antídotos, além de fornecer explicações que não fossem baseadas unicamente em um misticismo, há um medo que sempre persistiu e que ganha novos contornos no cenário contemporâneo com a importância dos sentidos que circulam midiaticamente: o medo do *outro*.

Esse medo experienciado socialmente está ancorado em discursos normativos acerca dos sujeitos. Tais formas de ancoragem do medo contribuem para a produção de estereótipos de corpos que devem ser temidos, fomentando um desejo de exclusão do qual as produções jornalísticas são reveladoras. É o que vemos ocorrer com as vivências trans, ou melhor dizendo no escopo desse trabalho, nos relatos sobre suas mortes, que carregam fortemente as normativas de gênero.

É, portanto, a ameaça que se configura em nosso contato com o *outro* que é central para a compreensão das formas como essa emoção opera nos processos de exclusão que têm origem no desejo de acabar com a fonte desse medo, ou seja, acabar com o próprio sujeito que o causa. Desse modo, não é apenas o sujeito que apresenta uma conduta desviante àquela internalizada a partir de normas, ideais e padrões hegemônicos que é temido, mas sim a própria conduta que ele representa.

Nesse sentido a ideia de estereótipo é fundamental, pois é ele que aglutina determinadas características superficiais, simplificadoras e reducionistas, que serão definidoras dessa conduta e desses sujeitos que ao serem detectadas podem acionar esse desejo de exclusão. Tais estereótipos e sentidos atrelados ao medo estão presentes nas experiências que vivenciamos através da mídia e das suas produções, ou seja, o jornalismo se constitui como um componente da experiência social

do medo. Assim, a imagem do *outro*, a que temos acesso através das produções jornalísticas, exerce um importante papel na modelagem da nossa experiência social do medo e na definição do que e a quem tememos.

Adentrando no âmbito do jornalismo, Matheus (2011) considera que o medo pode ser uma importante ferramenta para intervenção e interpretação histórica.

“Olhar para o que as pessoas temem em um determinado momento e lugar ajuda a entender o que elas vivem. Na disputa pelas interpretações dos sentimentos sentidos coletivamente, os medos configurados nas notícias são fundamentais para ler os diálogos que se estabelecem entre as pessoas e seu tempo histórico.” (Matheus, 2011: 45)

Dessa forma, o medo configura-se enquanto uma chave importante para a compreensão do contemporâneo, das emergências e anseios vivenciados no seio social. E, portanto, as formas diversas de configuração de sujeitos que devem ser temidos por meio do jornalismo revelam sobre os sentidos que são compartilhados socialmente.

Nesse ponto nos parece importante voltarmos a nossa atenção para a problemática da alteridade, a fim de melhor compreender as relações entre os sujeitos para então ampliarmos nosso olhar para a articulação entre o medo, os estereótipos e o desejo de exclusão que estão presentes nas produções jornalísticas.

OS CORPOS TRANS E A ALTERIDADE

Para Bauman (1998: 27), *“todas as sociedades produzem estranhos (...). Ao mesmo tempo que traça suas fronteiras e desenha seus mapas cognitivos e morais”*. Assim, enquanto são definidos os parâmetros para o pertencimento, são também construídos os critérios de exclusão. Bauman (1998) destaca que há nesse esteio duas possibilidades, a antropofagia e a antropoemia.

A antropofagia seria uma estratégia de assimilação ao *“aniquilar os estranhos devorando-os e depois, metabolicamente, transformando-os num tecido indistinguível do que já havia”* (Bauman, 1998: 28-29). Já a antropoemia consistiria em uma estratégia de exclusão ao *“vomitar os estranhos, bani-los dos limites do mundo ordeiro e impedi-los de toda comunicação com os do lado de dentro”* (Bauman, 1998: 29). Em ambos os casos, esse *outro* que se constitui como estranho é invisibilizado, seja pela

sua completa exclusão ou pela exclusão daquilo que o configurava enquanto diferente, enquanto *outro*. O que se exclui é a própria diferença.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que a mídia não só aborda, mas também instaura relações, é possível especular que as narrativas midiáticas possuem um papel importante nesse processo de produção de estranhos através do reforço de imagens⁷ do que seria padrão, que já evocam o que estaria fora dele, e também de imagens diretas do que se deve considerar enquanto estranho, de inimigos que devem ser excluídos. Ou seja, pela produção de estereótipos. Neste trabalho em específico, essas imagens do padrão estão intimamente vinculadas a duas dimensões: o corpo e o gênero.

O gênero pode ser pensado a partir da sua dimensão performática, como uma performance de um código social instituído que tem como limites o masculino e o feminino, cada um de um lado. Assim, as normas de gênero podem ser entendidas enquanto constructos discursivos que buscam uma regulação dos corpos (Butler, 2003). Dessa forma, os sujeitos trans configuram-se como vivências desviantes, performances destoantes do código instituído.

A compreensão desses corpos a partir da ideia de desvio deriva de discursos diversos, tanto do âmbito social, como de base cientificista e médica. Segundo Bento (2006), o discurso médico vincula a transexualidade a um transtorno fundamentado nas normas de gênero. No entanto, tais normas se situam no âmbito do discurso e, portanto, alicerçado no social. Conforme destaca também em artigo mais recente:

“O único mapa seguro que guia o olhar do médico e dos membros da equipe são as verdades estabelecidas socialmente para os gêneros, portanto estamos no nível do discurso. Não existe um só átomo de neutralidade nesses códigos. Estamos diante de um poderoso discurso que tem como finalidade manter os gêneros e as práticas eróticas prisioneiras à diferença sexual.” (Bento e Pelúcio, 2012: 579)

A dificuldade de localizar as questões que dizem respeito à existência transexual fora do social contribui para evidenciar que a potência da regulação normativa habita esse âmbito. A coerência entre genitália, performance e práticas eróticas (Bento e Pelúcio, 2012) se ampara exclusivamente nas ações do sujeito no mundo e, por isso, é socialmente construída. Portanto, qualquer discurso de outra ordem, como é o caso do discurso médico,

busca respaldar em uma neutralidade cientificista uma vivência que ele não comporta.

Sujeitos que não se conformam a essa norma tornam-se vulneráveis a coerções de diversas ordens. O corpo, ao lançar-se ao mundo dos outros, na vida em sociedade, submete-se às tensões implicadas nessa relação. Nesse sentido, segundo Butler (2015: 85), “*o corpo não pertence a si mesmo (...). O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive*”. Habitando essa zona conflituosa, os corpos são conformados por essas redes, num jogo de semelhança e diferença, pela aceitação e pela resistência, na multiplicidade de possibilidades que advêm dessas dinâmicas.

As subjetividades, por estarem diretamente associadas à materialidade do corpo, conforme discute Miskolci (2006), também são afetadas pelo processo contínuo de disciplinamento e normalização dos corpos que vivenciamos.

“Percebe-se, assim, que o espaço de problematização das relações entre corpo e identidade é maior do que parece à primeira vista, pois vai muito além das técnicas corporais propriamente ditas e alcança as formas como compreendemos a nós mesmos e, sobretudo, a forma como somos levados a ver o outro.” (Miskolci, 2006: 682).

A forma como os sujeitos compreendem a si mesmos e a seus corpos é, portanto, fundamental para a sua relação com o *outro*. Nesse sentido, a determinação de que certos corpos são ameaças a serem temidas é resultado desse processo de disciplina corporal que produz corpos padronizados e subjetividades controladas (Miskolci, 2006).

Nos estudos do campo da comunicação e do jornalismo vemos despontar discussões que refletem sobre como ocorre a presença dos corpos transexuais e travestis nesses espaços. Para Caeiro e Rocha (2016) as construções hegemônicas da transexualidade e da travestilidade, principalmente aquelas que estão respaldadas por discursos médicos-científicos, definem a nossa compreensão do que esses corpos representam, o que ocorre na maioria das vezes pela chave do desvio e da transgressão. Segundo os autores, a partir de uma pesquisa que analisou produções jornalísticas do *Jornal do Commercio* e o *Aqui PE*, essas construções são reproduzidas pelo jornalismo nesses dois jornais. Sendo assim, a prática jornalística exerce um papel fundamental para a conformação de saberes socialmente partilhados acerca desses sujeitos, o que muitas vezes

contribui para a vulnerabilidade desses corpos entendidos como desviantes, na mesma medida em que reitera a norma que opera sobre os demais corpos.

Nos parece que o disciplinamento e normatização dos corpos perpassa diversas instâncias de constituição de sentidos. Os discursos médico e psicológico são exemplos disso, mas não estão sozinhos. A mídia e o jornalismo são importantes para a configuração de discursos, uma vez que possuem uma potência de circulação e uma legitimidade social. A singularidade da mídia e do jornalismo, no que se refere à abordagem dos corpos trans, está na heterogeneidade e nos embates discursivos, uma vez que entre a voz do jornalista, dos sujeitos trans e das características editoriais dos veículos há espaço tanto para o consenso como para a divergência. Segundo Mônica Ferreira Cassana (2018),

“A concepção de corpo se reflete nas posições assumidas, sustentando as vozes daquele sujeito sobre o qual se fala (transexual) e aquele que, na ilusão da completude, constrói o discurso sobre o outro (jornalista). Na instituição heterogênea desse discurso, incidem elementos que apontam para distintas concepções ideológicas de corpo.” (Cassana, 2018: 97)

Segundo a autora, esses elementos são reinscritos nas produções jornalísticas. Há então uma naturalização de tais sentidos, que passam a fazer parte do universo de significação desses corpos, ou seja, constituem o que sabemos sobre eles. A tensão, portanto, está na ordem do dia quando se trata da abordagem jornalística dos corpos trans.

Uma vez que compreendemos as vivências trans enquanto envoltas em uma rede de disputas de sentido, avançamos para uma reflexão sobre as relações de alteridade que o jornalismo aborda e instaura. A problemática da relação com o *outro* elucida questões importantes acerca dos processos de construção de estereótipos que tornam determinados corpos mais vulneráveis do que outros. É necessário evidenciar que o *outro* não é apenas aquele que nos causa estranhamento, com quem nos chocamos culturalmente ou que nos faz confrontarmos com nossos mapas morais. O *outro* é aquele que está pressuposto em qualquer relação.

A relação com o *outro* é central nos estudos de alteridade do filósofo Emmanuel Levinas (2005). Caracterizada como uma alteridade radical, em que “*o ser-em-si do ser persistente-em-ser supera-se na gratuidade do sair-de-si-para-o-outro, no sacrifício ou na possibilidade do*

sacrifício” (Levinas, 2005: 19), o percurso que vai do *si* para o *outro*, em função do *outro*, é essencial para o cultivo da Ética que, por sua vez, contribuiria para uma vida em sociedade mais pacífica, evitando guerras e conflitos. É daí que aflora o humano, que para o filósofo começa no devotar-se-ao-outro, e é também a partir dessa relação que o sujeito assumiria responsabilidade para com o *outro*, acionada por ele. Esse *outro* nos aciona sem pedir licença, ele nos desconcerta. Desse modo, responder ao *outro* é, no esteio da reflexão do autor, um despertar ético. No entanto, o que nos parece poder ocorrer é a subversão desse chamado, situação em que o *outro* torna-se ameaça, alvo de um desejo de exclusão. É importante buscar compreender como se dá essa subversão no caso de travestis e transexuais e como a atividade jornalística é dela reveladora.

Márcia Benetti e Camila Freitas (2017) propõem uma reflexão sobre a alteridade e a outridade no jornalismo. Em seus apontamentos, a alteridade é compreendida como fenômeno, enquanto a outridade seria o modo de existência singular dos sujeitos. Além do *eu* e do *outro*, as autoras chamam atenção para um terceiro que está presente nessa dinâmica: sociedade. Assim, enquanto sujeitos relacionais estamos submetidos em nosso cotidiano às implicações da dinâmica social, que contribui para conformar as nossas relações.

A partir de uma abordagem fenomenológica, as autoras tecem considerações acerca da relação de alteridade na prática jornalística, na ação do repórter.

“Primeiro, o repórter também é um ser no mundo que experiencia os fenômenos e seu próprio contato com o “outro”. No entanto, por estar posicionado em um lugar discursivo específico, o repórter organiza sua experiência a partir de expectativas que vão além das suas, pessoais, e derivam de um conhecimento compartilhado sobre como um repórter deve encarar aquilo que é diferente dele.” (Benetti e Freitas, 2017: 13)

Assim, para além da relação entre o eu-repórter e os diversos *outros* com os quais o jornalista se relaciona em seu fazer diário, há as implicações próprias da prática jornalística que caracterizam essas relações, o que torna a alteridade no jornalismo uma questão com particularidades que merecem ser observadas.

Ainda na discussão das autoras, o *outro* a que temos acesso pelas narrativas consiste em outro fenômeno, que ainda que carregue vestígios do sujei-

to original apropriado pela produção jornalística, seja ele personagem ou fonte, torna-se um outro sujeito, recriado no texto. Cria-se uma identidade narrativa do *outro*, aspecto que nos desperta um interesse especial nesse trabalho, uma vez que essa identidade pode tanto revelar as complexidades desse *outro*, como reduzi-lo a um estereótipo. Assim, na perspectiva das pesquisadoras, “*é devido à capacidade mimética que podemos falar que, no jornalismo, toda outridade é relativa, historicizada, interpretada, reconstruída e ressignificada – tanto pelo jornalista quanto pelo público*” (Benetti e Freitas, 2017: 22). Desse modo, as produções jornalísticas carregam sentidos acerca das tensões que advêm das relações que constituímos diariamente com diversos sujeitos, além de nos apresentar essa outridade de que tratam as autoras.

Tendo como ponto de partida dessas inquietações, partimos agora para nossas considerações acerca dos modos como a atividade jornalística, ao abordar travestis e transexuais, organiza sentidos e saberes acerca desses corpos, principalmente aqueles que dizem sobre uma não aceitação do elas representam, que revelam sobre um conflito entre subjetividades.

O MEDO DO OUTRO NO FAZER JORNALÍSTICO

Iniciamos esse artigo propondo uma reflexão sobre o medo e o desejo de exclusão que permeiam o fazer jornalístico e operam por meio da construção de estereótipos. Para problematizar essa questão central, escolhemos corpos que sofrem com violências físicas e simbólicas devido a uma não conformação a uma normatização de gênero que coloca às margens todos aqueles que não performam o gênero conforme a genitália de nascimento. Assim, nesse momento nos parece necessário destacar rapidamente alguns dados sobre essa população, principalmente no que se refere aos assassinatos, compreendidos aqui como ponto máximo de um desejo de exclusão.

Os dados apresentados na introdução desse artigo, que contabilizam 179 assassinatos de pessoas trans em 2017 e 163 em 2018, ambos com um alto índice de casos com requintes de crueldade, apontam para a vulnerabilização desses corpos que, transformados em uma espécie de ameaça às normas de gênero, tornam-se alvo de toda uma gama de violências físicas e simbólicas que visam excluir e exterminar essas existências. O medo, pressupomos, atua sobre os sujeitos e as instituições por ter influência na construção de estereótipos de sujeitos e corpos desejáveis e indesejáveis, tolerados e temidos. Desse modo, entendemos que a

compreensão dessa questão passa necessariamente pelo tensionamento dos processos de produção jornalística, considerando a importância do jornalismo na organização e construção de saberes sobre o mundo.

Isso ocorre devido à relação entre a atividade jornalística e os processos vivenciados em sociedade, não de forma contígua, mas por meio de atravessamentos. Se tais produções organizam os saberes dispersos, é na fonte do social, com o cotidiano e os grandes conflitos, que o narrador-jornalista bebe. Assim, as nossas duas chaves conceituais centrais, o medo e o *outro*, acionados para pensarmos a produção de estereótipos usados na abordagem dos assassinatos desses sujeitos, se articulam a partir do campo do jornalismo, da sua presença e força nas práticas jornalísticas atuais.

As pistas do medo e do *outro* que permeiam o fazer jornalístico não são resultado apenas de mecanismos internos da prática, das escolhas dos próprios jornalistas ou das questões editoriais. Essas duas chaves relacionam-se com toda uma gama de processos, tanto internos como externos, que trazem especificidades ao jornalismo e o associam diretamente a determinadas temporalidades e espacialidades. Como salienta Leal (2013: 26), “*sendo o jornalismo um fenômeno cultural, suas regras e procedimentos são marcados por valores, características e percepções que o vinculam a tempos e espaços particulares*”.

Ao estabelecer uma conexão com tudo aquilo que está à sua volta, os processos de escrita, de produção jornalística são atravessados não só por aspectos da dinâmica da prática, como também da dinâmica social, envolve sujeitos, a começar pelo próprio sujeito que narra. “*Tais procedimentos de escrita, antes de serem permanentes, neutros e a-históricos, estão articulados às tensões que regulam e perpassam o fazer jornalístico e que o inserem no tempo e na cultura*” (Leal, 2013: 26). Dessa forma, por ser produzida por sujeitos, falar de sujeitos e de ações que eles produzem ou de que fazem parte, essa produção é fruto dos conflitos do mundo.

Sendo assim, voltamos nosso olhar para as produções jornalísticas que abordam os assassinatos de travestis e transexuais no ano de 2017 no estado brasileiro de Minas Gerais (MG). Nosso ponto de partida é o mapa desenvolvido pela ANTRA, uma iniciativa que por si só já é reveladora de um desejo de promover uma maior visibilidade para esses casos. Partimos dele para então observar as produções jornalísticas que tanto servem de fonte para a produção do mapa,

como também produzem sentidos acerca desses sujeitos e das suas mortes.

A leitura que promovemos nesse artigo é uma primeira entrada em um *corpus* que faz parte de uma pesquisa mais ampla. Nosso caminho metodológico consistiu em uma primeira leitura das matérias, em que sistematizamos informações sobre os assassinatos contidas nas produções jornalísticas, de forma que pudéssemos visualizar diferenças, semelhanças e recorrências em questões pertinentes para o estudo aqui proposto. Em um segundo passo, efetuamos uma nova leitura das narrativas, de forma mais aprofundada, em busca de singularidades nas matérias e à luz das inquietações teórico-conceituais que nos servem de base. Desse modo, não temos como objetivo esgotar as possibilidades de análise dessas produções, mas sim destacar aspectos que nos dizem de uma articulação entre o medo do *outro*, um desejo de exclusão e a construção de estereótipos tensionados a partir da atividade jornalística.

Ao acessarmos o mapa e clicarmos nos ícones de cada assassinato temos acesso direto a informações sobre o nome da vítima, idade, identidade de gênero, data do crime, forma do crime e fonte. Para facilitar a visualização dos casos de assassinato no estado construímos a *Tabela 1*, em que sistematizamos⁸ as informações contidas no próprio mapa sobre os assassinatos cometidos em MG durante o ano de 2017.

Dos 12 assassinatos cometidos em Minas Gerais apresentados no mapa, apenas dois não possuem *links* para produções jornalísticas. O jornalismo configura-se, portanto, enquanto a principal fonte de informação sobre esses casos no estado. Vale destacar que a ANTRA também utiliza as redes sociais e até denúncias feitas diretamente como fonte para contabilizar e caracterizar os assassinatos, no entanto, o jornalismo ainda é a principal base de dados utilizada para esse mapeamento.

Após a leitura das matérias jornalísticas, produzimos a *Tabela 2* em que organizamos informações sobre a caracterização dos crimes, incluindo apenas aqueles com identificação das vítimas na própria narrativa, o que ocorre na metade do *corpus*. O objetivo foi destacar características frequentes nesse tipo de cobertura, em busca de pistas que nos auxiliassem a compreender como ocorre a organização de sentidos e a construção de determinados estereótipos acerca dessas vítimas.

Assim, agrupamos dados que explicitam as operações narrativas acionadas nos relatos jornalísticos sobre os crimes cometidos contra tra-

Tabela 1: *Informações que constam no mapa*

Nome	idade	identidade de gênero	data	cidade	Forma da morte	Fonte jornalística
Natasha	29	travesti	06/06	Varginha	tiros	G1
Sheila Medeiros	37	Mulher transexual	29/05	Três Pontas	-	Equipe positiva
Larissa Moura	21	travesti	31/05	Governador Valadares	tiros	Aconteceu no vale
Raíssa Bote	31	travesti	26/09	Uberaba	tiros	G1
Não id	23	travesti	28/11	Uberlândia	tiros	-
Não id	30	travesti	03/11	Uberaba	tiros	JM Online
Não id	-	travesti	19/06	Belo Horizonte	Apedrejamento, afogamento, tiros	G1
Não id	-	travesti	05/10	Belo Horizonte	-	-
Não id	-	travesti	22/07	Belo Horizonte	facada	G1
PH P. Souza	-	travesti	12/10	Nanuque	Tiros e facadas	Minas Hoje
Sophia Castro	21	Mulher transexual	29/04	Contagem	Estrangulamento	G1
Não id	26	travesti	02/06	Belo Horizonte	Tiros	O Tempo

Tabela 2: *Caracterização jornalística dos crimes com vítimas identificadas*

Nome	Uso do nome social	Uso do nome de registro civil	fontes	Apresenta indicação de motivo?	Apresenta contexto de violência?
Natasha	Apenas na matéria escrita	sim	Polícia Militar Testemunha anônima	Envolvimento com tráfico	Não
Sheila Medeiros	sim	sim	Vereador Maycon Machado	não	Sim
Larissa Moura	não	Sim	Polícia Militar	Uso de drogas e passagem pela polícia	não
PH P. Souza	Não	Sim	Polícia Militar e Polícia Civil	Não	Não
Sophia Castro	sim	Não	Polícia Civil e Anyky Lima	não	Sim

Fonte: elaboração própria

vestis e transexuais, operações estas que estão intimamente vinculadas ao rompimento com uma norma de gênero hegemônica que contribui para a determinação de um estereótipo das vítimas, conforme discutimos anteriormente nesse artigo. Para tanto, recolhemos dados sobre o respeito à identidade de gênero das vítimas, assim como

o destaque ou o apagamento dessa identidade. Nos interessou ainda olhar para os processos de construção de estigmas e estereótipos sobre esses corpos e essas mortes, revelados por determinadas recorrências como: a) a pluralidade de fontes; b) a apresentação de motivos para o crime; c) a presença ou ausência de uma discussão

acerca do contexto de violência sistêmica vivenciada por esses sujeitos.

Pela TAB.2, que apresenta a caracterização dos crimes com vítimas identificadas, podemos perceber algumas recorrências. Uma delas é a Polícia como principal e, na maioria das vezes, única fonte das matérias. Em apenas duas matérias há falas de outras fontes identificadas, que não a policial, sendo que somente no caso de Sophia Castro⁹ há alguém próximo dela que lamenta a sua morte. Tal característica aponta para uma superficialidade dos relatos, que se baseiam apenas na lógica dos boletins de ocorrência e da investigação policial, não havendo movimentos de complexificação, contextualização e humanização na construção narrativa da maioria dessas produções. Tratam-se de pequenas matérias, sem aprofundamento no caso ou na vítima.

A notícia sobre o assassinato de Sophia também é a única que não utiliza o nome de registro civil da vítima. Já na notícia sobre o assassinato de Sheila Medeiros,¹⁰ é um vereador, Maycon Machado, quem expressa pesar em plenário pela morte de Sheila e pela violência contra a população LGBT. Tais dados demonstram que, na maior parte das matérias, não houve a preocupação em buscar informações que humanizassem essas vítimas, tanto a partir de uma maior descrição de quem elas eram, suas profissões, as circunstâncias prévias do assassinato, como de pessoas próximas que lamentem a sua morte. Assim como não há uma complexificação ou contextualização na construção narrativa da maioria dessas produções, tratam-se apenas de pequenas matérias e notas, sem aprofundamento no caso ou na vítima. A superficialidade com que são relatados esses assassinatos, com uma carência de fontes e de contexto, e também com que são caracterizadas as vítimas, sugerem que o extermínio dessas existências é algo naturalizado, que não promove uma ruptura no curso dos acontecimentos diários a ponto de merecer uma cobertura mais cuidadosa.

A conjuntura de violência específica que essa população sofre é acionada em apenas três dessas produções. Dessas três matérias, duas são do portal *G1* e uma do jornal *O Tempo*. As duas produções do *G111* apresentam ao final dados da Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil (Rede Trans Brasil) sobre o número de assassinatos de pessoas trans no país até o momento da publicação. Já no caso da matéria do portal *O Tempo*, nos chama atenção que mesmo tratando da morte de uma vítima não identificada, há um esforço em complementar o texto por meio da contextualização da violência sofrida pela população trans, o que inclui a inserção de uma fala de Bruna Benevides, secretária da ANTRA, acerca do grande número

de assassinatos e de uma possível subnotificação, conforme podemos observar no trecho:

“Obviamente este número é ainda maior, pois nós contabilizamos os casos que nos chegam e os que aparecem na imprensa, mas muitos casos ainda não são reportados, em muitos casos a vítima, que é travesti ou trans, é descrita como ‘homossexual’ ou ‘homem vestido de mulher’”¹²

Nesses casos, as mortes são tratadas por um viés de certa forma crítico, que mostra o desejo de exclusão desses sujeitos a partir de uma outra chave de abordagem, que questiona o contexto de vulnerabilidade a que essas pessoas estão submetidas simplesmente por não se submeterem a uma norma de gênero socialmente imposta, o que nos diz de uma emergência de discursos questionadores no âmbito do jornalismo, que é positiva, ainda que incipiente. Além disso, a recorrência dessa abordagem no caso do portal *G1* nos parece apontar para uma posição editorial/institucional acerca dos modos de narrar essas mortes importante de se destacar.

A presença de uma abordagem diferenciada, ainda que pontual, no *corpus* investigado, nos permite enxergar que não é possível homogeneizar a abordagem midiática nesses casos. Ainda que grande parte da mídia tradicional explore estereótipos e não problematize os casos de assassinatos de travestis e transexuais, narrativas que rompem com essa lógica despontam no cenário jornalístico. Cassana (2018), em sua pesquisa, também percebe que a dinâmica dos atravessamentos de sentido deve ser observada de forma mais criteriosa, uma vez que *“pela contradição constitutiva que nos torna sujeitos em nossa formação social, é justamente o atravessamento desses sentidos de silêncio e de negação, que possibilita a constituição de um dizer de resistência à dominação”* (Cassana, 2018: 104). Sendo assim, não se trata apenas de um reforço de estereótipos e de naturalização de determinadas mortes, há também espaço para resistências, para escancarar que tentativas de negação e apagamento podem advir de uma forma de conceber o mundo que não dá conta da complexidade dos corpos e dos sujeitos, possibilitando a problematização dessa questão em sociedade.

Os dados que apresentamos nas tabelas nos permitem acessar informações sobre os relatos jornalísticos dos assassinatos. Para uma melhor compreensão, realizamos uma segunda entrada nesse *corpus* em busca de outros aspectos que estivessem ligados a um medo e à criação de estereótipos e de um desejo de exclusão desses sujeitos. Nessa leitura, entendemos as pistas do medo de uma forma

ampla, como algo que ocorre a partir do confronto com o *outro*, com corpos marginalizados que são excluídos e exterminados. Suas identidades, reveladoras de um conflito, afetam a própria constituição de outras identidades, ameaçando-as. Tais corpos não são ameaças a priori, eles tornam-se corpos a serem temidos a partir do contato tenso com outros sujeitos. Alteridade aqui é, portanto, uma chave central para a compreensão desse medo. Nesse sentido, saberes e sentidos estão em disputa e, para melhor compreender esses embates, nossa opção foi por rastrear nas matérias os seguintes aspectos: a) a caracterização e descrição das vítimas e do crime; b) a complexidade ou a superficialidade dos relatos; c) o modo como são nomeadas, bem como a forma como é tratada a identidade de gênero das vítimas. A seguir, apresentamos as considerações sobre esse segundo movimento de leitura crítica das produções.

O repórter, como um ser no mundo, acaba por reproduzir essas tensões que derivam de uma incompreensão da complexidade desse cenário e, por vezes, acaba por lançar mão de formas de narrar que contribuem para a vulnerabilização desses sujeitos. Em duas matérias do nosso *corpus* isso está evidenciado: nas que tratam dos assassinatos de Natasha,¹³ em Varginha e de Larissa Moura¹⁴ em Governador Valadares.

Na matéria sobre a morte de Natasha, há uma nítida discrepância entre a reportagem veiculada na televisão, apresentada no início da notícia e no texto veiculado pelo portal. No vídeo, a travesti é tratada sempre por artigos e pronomes no masculino, o que não ocorre no texto escrito do portal; o mesmo se dá em relação ao nome social da vítima, que só aparece no texto escrito. Tal diferença demonstra que a abordagem depende dos diversos atores e mecanismos envolvidos na produção jornalística, bem como da relação com o *outro* que cada um deles estabelece. Assim, o relato da morte do *outro*, nesse caso da pessoa travesti, pode tomar contornos diversos a partir das relações instauradas e dos sentidos acionados a partir delas.

Além disso, há na matéria televisiva a afirmação de que Natasha e os seus assassinos tinham um envolvimento com drogas, de modo a justificar o crime, sendo que na própria fala da fonte policial há apenas a indicação da possibilidade desse envolvimento. Nesse último caso, essa caracterização aponta para um estereótipo que aciona um temor que vulnerabiliza esses sujeitos, essa tentativa de justificar o assassinato tira Natasha do lugar de vítima, ela torna-se culpada pela própria morte. O mesmo ocorre na produção sobre o homicídio de Larissa Moura, em que ao final há o destaque para

o fato de que ela já tinha passagem pela polícia e fazia consumo de entorpecentes. Além de culpabilizar essas vítimas, elas são inseridas em um contexto de marginalidade, acionando o imaginário de que são sujeitos dos quais devemos ter medo pois ameaçam a nossa própria segurança, desse modo uma morte que poderia ser lamentada não o é.

Outros estudos que abordam a cobertura jornalística de crimes cometidos contra travestis e transexuais chegaram a conclusões semelhantes acerca desse processo de culpabilização dessas vítimas pela sua própria morte ou agressão. Caeiro e Rocha (2016), em sua análise de matérias dos periódicos *Jornal do Commercio* e *Aqui PE*, salientam que:

“Mesmo quando vítima é colocada ênfase sobre a responsabilidade desta no desfecho do acontecimento, tanto por meio do destaque sobre os espaços que ocupa (a rua, a prostituição) como por meio dos atos realizados (brigas), reforçando a imagem de violência e transgressão vinculada nas restantes notícias.” (Caeiro e Rocha, 2016: 209)

Tais acionamentos evidenciam as formas como os estereótipos operam nessas coberturas, retirando o direito à posição de vítima e tornando essas pessoas seus próprios algozes, merecedoras da violência que sofrem. Nesses casos, o jornalismo torna-se um outro instrumento de violência contra esses sujeitos, conforme destacam Borelli, Machado e Dias (2017) em artigo que trata da cobertura midiática do caso de Verônica Bolina, travesti torturada em situação de cárcere em abril de 2015. *“Seu corpo mutilado, desnudo e humilhado foi exposto por lógicas jornalísticas de abjeção, sujeição e violência”* (Borelli, Machado e Dias, 2017: 131). Os autores também caracterizam como transfóbico o discurso que marginaliza a travesti em coberturas da mídia tradicional.

Ainda sobre a matéria que trata do caso de Larissa, outro ponto nos chama atenção: além de não haver qualquer menção ao seu nome social, há um completo apagamento da sua identidade de gênero na notícia, o que inclui a veiculação de uma foto da carteira de identidade da vítima e a utilização de termos também no masculino no decorrer da matéria, que reforçam uma identidade masculina conflitante com a foto atual de Larissa. A veiculação de um documento cuja foto antiga, e que apresenta feições masculinas, entra em conflito com a outra fotografia atual que mostra o rosto de Larissa, o que parece uma tentativa de destacar ao máximo o caráter desviante do comportamento dessa vítima. Sendo assim, o ideário do medo de que tratamos

aqui, ganha novos contornos: teme-se o comportamento de desvio de uma norma hegemônica e, assim, teme-se o sujeito desviante a tal ponto que o que importa não é a sua morte, que deveria cometer, mas o seu comportamento que destoia e, por isso, deve ser punido, exterminado.

Ao apagar sua identidade de gênero e reafirmar o que consta no registro civil, a matéria produz uma nova agressão à pessoa assassinada. Designada no masculino durante todo o texto, Larissa tem a busca de uma vida inteira desconsiderada. No registro do assassinato de seu nome civil, morre também o nome social, que não aparece na notícia, e a existência a ele relacionada. Lembrada no masculino, com direito a foto da carteira de identidade, como que para provar uma existência mais “real”, Larissa é duplamente apagada. Além de ter sua existência física exterminada, tem perpetuado o registro de uma existência masculina que não lhe cabia e contra a qual ela teve de lutar.

Podemos perceber que ainda é comum na atividade jornalística brasileira em Minas Gerais a predominância de uma visão estereotipada dessas pessoas, o que ocorre pelo destaque de uma identidade de gênero desviante de uma norma social que dita enquanto desejável apenas as identidades que se conformam com a genitália de nascimento. Esse reforço é notável nas matérias jornalísticas que observamos aqui, principalmente naquelas em que há apenas o nome de registro civil e o tratamento no masculino, ou a oscilação entre o uso do nome social e o do registro civil. Pela diferença entre as matérias, podemos perceber que não há um consenso no âmbito da prática jornalística mineira acerca das formas de relatar essas mortes, o que evidencia que esta é uma questão que ainda não foi encarada de forma consistente.

Como também concluem Borelli, Machado e Dias (2017) a abordagem da mídia tradicional “aponta à reprodução sistêmica da violência e à marginalização simbólica das travestis e mulheres trans” (Borelli, Machado e Dias, 2017: 132). Ainda que tenhamos apresentado exceções, a predominância é por uma cobertura superficial, que reproduz e reforça estereótipos e violências, e não preza pela complexificação e contextualização que a realidade brasileira de assassinatos de travestis e transexuais demanda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo partimos do pressuposto de que as vozes, as imagens, os relatos e todos os demais resquícios dos sujeitos presentes nas narrativas carre-

gam em si a potência do encontro com o *outro*, da responsabilidade e da solidariedade. No entanto, ocorre que as produções jornalísticas são também permeadas por diversas camadas de sentido, conjugam saberes, de forma que, pressupomos, há determinadas emoções, como é o caso do medo, que promoveria desdobramentos inversos.

O que tememos? Ou, principalmente, quem tememos? Tal questionamento foi tensionado aqui a partir das articulações entre a alteridade e o medo do *outro*, um *outro* que se caracteriza pelo rompimento com a norma de gênero vigente. Buscamos olhar para esse medo a partir da sua dimensão relacional, da sua potência de compartilhamento no social. Um compartilhamento que tem no jornalismo um importante aliado, tendo em vista que a abordagem midiática do *outro* é muitas vezes a única forma de termos acesso a ele. Nesse sentido, o jornalismo possui um papel fundamental na conscientização da sociedade acerca do alto índice de assassinatos de travestis e transexuais, podendo, inclusive, fomentar discussões que culminem no desenvolvimento de políticas públicas que visem mudar essa realidade. No entanto, ao percebermos as formas como as produções jornalísticas contribuem para o apagamento da identidade das pessoas trans, podemos observar o quanto essa prática ainda fomenta estereótipos que negam a existência plena a esses sujeitos.

Se o jornalismo organiza sentidos sobre os corpos dos quais trata ele também se torna um lugar revelador das tensões entre eles. Pensar o medo nessa complexa dinâmica é uma forma de tensionar as suas ancoragens e abordagens jornalísticas, o que contribui para a discussão acerca da construção de estereótipos que são tanto fruto dessas ancoragens, como fontes delas. O desejo de exclusão presente em matérias jornalísticas que tratam de assassinatos pode tanto ser explorada por um viés crítico, que escancara a realidade de vulnerabilidade das pessoas trans, como reforçar estereótipos reducionistas, que faz decair sobre elas a culpa pela própria morte, que as invisibilizam.

Réception de l'article le 15 janvier 2018
Acceptation le 5 février 2019

NOTAS

^{1.} Neste trabalho optamos por utilizar, prioritariamente, a nomenclatura “travestis e transexuais” ao invés do termo geral “pessoas trans”, a fim de respeitar as especificidades e multiplicidade dessas vivências.

^{2.} Ainda que nossa discussão se ancore nas experiências dos corpos travestis e transexuais, optamos por prosseguir com a noção de medo e não trazer o conceito de transfobia pois nos interessa, antes de uma dimensão política, tensionar a perspectiva Ética e, para isso, o medo enquanto integrante da experiência social de forma mais ampla nos parece um conceito mais profícuo.

^{3.} Ainda que estejamos partindo do pressuposto de que o medo exerce um papel fundamental nesse processo de exclusão, não estamos propondo que ele seja o componente único da grande violência cotidiana sofrida por pessoas trans no Brasil. Comprendemos que a matriz de que deriva essa violência, que culmina em um grande número de homicídios, possui também outras nuances e complexidades.

^{4.} Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1yMKNg31SYjDASON-ZwH1jJ0apFQ&ll=21.233090294409273%2C-43.27178410937495&z=8> Acesso em 09 nov. 2017

^{5.} Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf> Acesso em 30 jan. 2019

^{6.} Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf> Acesso em 30 jan. 2019

^{7.} Imagem aqui não se limita as imagens visuais, mas diz respeito a toda produção simbólica (textual, visual e audiovisual) que aciona e constrói uma ideia de sujeito.

^{8.} Tabela de caráter expositivo. Não consideramos pertinente tecer considerações sobre um padrão que essas mortes seguem, uma vez que se trata de um corpus pequeno demais para possibilitar impressões consistentes nesse sentido.

^{9.} Ver: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/policia-vestiga-morte-de-travesti-em-contagem-na-grande-bh.ghtml> Acesso em 25 jan. 2019

^{10.} Ver: <https://www.equipepositiva.com/maycon-machado-repudia-morte-da-transexual-sheila-medeiros/> Acesso em 25 jan. 2019

^{11.} Ver: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/corpo-de-travesti-e-encontrado-no-ribeirao-arrudas-em-bh-com-sinais-de-agressao.ghtml> Acesso em 25 jan. 2019
<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/policia-vestiga-morte-de-travesti-em-contagem-na-grande-bh.ghtml> Acesso em 25 jan. 2019

^{12.} Ver: <https://www.otempo.com.br/cidades/travesti-%C3%A9-baleada-dentro-de-carro-e-morre-no-bairro-santa-branca-1.1481520> Acesso em: 25 jan. 2019

^{13.} Ver: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/travesti-morre-apos-ser-baleada-no-bairro-vila-barcelona-em-varginha.ghtml> Acesso em 25 jan. 2019

^{14.} Ver: <http://aconteceunovale.com.br/portal/?p=116277> Acesso em 25 jan. 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bauman, Z., 1998, O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Benetti, M. e Freitas, C., 2017, Alteridade. Outridade e jornalismo: do fenômeno à narração do modo de existência. In: Brazilian Journalism Research, v. 3, n. 2, pp. 10-29. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/989>
- Bento, B. e Pelúcio, L., 2012, Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2), pp. 569-581. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200017> Acesso em 05 fev. 2019.
- Bento, B., 2006, A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond.
- Borelli, V., Machado, A. e Dias, M., 2017, Narrativas jornalísticas e possibilidades de resistência acerca do acontecimento #SomosTodosVerônica: mídia, transfobia e violência. In: Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 16, n. 31, pp. 113-134. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/4769> Acesso em 05 fev. 2019.
- Butler, J., 2015, Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J., 2003, Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Caeiro, R e Rocha,, 2016, Quem existe e como existe no jornalismo: análise dos discursos sobre transexualidade e travestilidade em dois jornais de Recife/Brasil. Media & Jornalismo. v. 16, n. 29. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/mj/v16n29/v16n29a14.pdf> Acesso em 05 fev. 2019
- Cassana, M., 2018, Corpo, mídia e identidade de gênero. In: Triade, Sorocaba, SP, v. 6, n. 11, pp. 91-106. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/3059> Acesso em 05 fev. 2019.
- Delumeau, J., 1996, História do medo do Ocidente – 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras.
- Leal, B. S., 2013, O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: Carvalho, C. A. e Leal, B. S. Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas, pp. 25-47, São Paulo: Intermeios.
- Levinas, E., 2005, Entre nós: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes.
- Levinas, E., 1982, Ética e infinito: diálogos com Philippe Nemo. Lisboa: Edições 70.
- Matheus, L. C., 2011, Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Miskolci, R., 2006, Corpos Elétricos – do assujeitamento à estética da existência. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 14(3): 272, setembro-dezembro. 681-693. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300006/7366>
- Prado, M. A. e Torres, M. A., 2014, Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. In: Educação & Realidade. v.39 n.1 Porto Alegre Jan./Mar. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso 22 set 2018.



O medo do *outro* e o desejo de exclusão em produções jornalísticas sobre o assassinato de travestis e transexuais

Fear of the *other* and the desire for exclusion in journalistic coverage of the murder of transgender people

Peur de *l'autre* et désir d'exclusion dans la couverture journalistique des meurtres de personnes transgenres

Pt. Este artigo busca abordar os modos como o medo do *outro* e um desejo de exclusão se articulam no âmbito da atividade jornalística. Tendo como base teórica as discussões sobre o medo (Delumeau, 1996; Matheus, 2011) e o *outro*, este último a partir da perspectiva da alteridade (Levinas, 1982, 2005), o objetivo desse texto é tensionar as formas como um medo que decai sobre sujeitos os transforma em corpos a serem exterminados. Para tanto, propomos uma leitura de matérias que tratam de assassinatos de travestis e transexuais no estado brasileiro de Minas Gerais, na procura de pistas que contribuam para a compreensão da forma como o medo presente nessas produções e em articulação com a vida social movimentam sentidos acerca de um desejo de exclusão desse *outro*.

Palavras-chave: Medo; Alteridade; Jornalismo; Desejo de exclusão; Assassinatos de travestis e transexuais.

En. This article addresses the ways in which fear of the other and the desire to exclude the murder of trans people are articulated in journalistic activity. Starting from a theoretical discussion about fear (Delumeau, 1996; Matheus, 2011) and the other, from the perspective of otherness (Levinas, 1982, 2005), the purpose of this text is to problematize the ways in which fear that debases others turns them into bodies to be exterminated. In order to do so, we propose a reading of news that deals with murders of trans people in Minas Gerais, in search of clues to help understand how the fear present in these journalistic productions and its relationship with social life can shape the desire to exclude the other

Keywords: fear, otherness, journalism, desire for exclusion, murder of trans people

Fr. Cet article traite de la façon dont la peur de *l'autre* et la volonté d'exclure les meurtres de personnes transgenres s'articulent dans l'activité journalistique. Partant d'une discussion théorique sur la peur (Delumeau, 1996; Matheus, 2011) et *l'autre*, du point de vue de l'altérité (Levinas, 1982, 2005), le but de ce texte est de problématiser les façons dont la peur qui avilit les autres les transforme en corps à exterminer. Pour ce faire, nous proposons une analyse d'articles qui traitent des meurtres de personnes transgenres dans le Minas Gerais, à la recherche d'indices pour aider à comprendre comment la peur présente dans ces productions journalistiques et sa relation avec la vie sociale peuvent façonner le désir d'exclure *l'autre*.

Mots-clés : peur, altérité, journalisme, désir d'exclusion, meurtre de personnes transgenres

